

Brasil fecha acordo

Dívida Externa

Acordo que reduz dívida principal em 35% e garante prazo de

Wilson Pedrosa/AE

com bancos credores

pagamento em 30 anos foi anunciado por Collor em cadeia nacional

10 JUL 1992
ESTADO DE SAO



Depois de 11 meses de negociação, o Brasil concluiu ontem o acordo em princípio com o comitê assessor dos bancos privados para a rolagem da dívida externa de médio e longo prazo do País, no valor de US\$ 44 bilhões. O anúncio, que encerra um período de dez anos de crises na dívida externa, foi feito ontem, pelo presidente Fernando Collor, em bilhete enviado a seu assessor de imprensa, Pedro Luiz Rodrigues. À noite, o presidente foi à TV anunciar o acordo, afirmando que o Brasil não precisará negociar sua dívida nos próximos 30 anos.

O acordo prevê, entre outras vantagens, uma redução média de 35% sobre o principal da dívida e sua rolagem por 30 anos. Permite também que o País pague juros fixos, variáveis de 4% a 6% ao ano, livrando-se do risco das flutuações de taxas do mercado internacional. Do total renegociado, US\$ 40 bilhões são dívidas anteriores a 1988 e US\$ 4 bilhões correspondem ao dinheiro novo emprestado dentro do acordo de 1988.

O próximo passo do acordo é a elaboração de uma minuta (term sheet) que será apreciada pelo Senado. Após sua aprovação, a minuta será então apresentada a todos os bancos credores que deverão manifestar sua adesão e escolher uma das formas de pagamento apresentadas pelo País. Somente depois da adesão serão assinados os contratos e emitidos os títulos previstos no acordo. A previsão é que a assinatura final ocorra em janeiro.

Para rolar os US\$ 44 bilhões, o Brasil oferece sete opções de pagamento. As principais são o bônus de desconto e o bônus ao par. No bônus de desconto, o País troca a dívida velha por nova, com desconto de 35%, e se compromete a pagar juros de mercado. No bônus ao par, a dívida velha é trocada por títulos novos no mesmo valor, mas com juros anuais fixos, de 4% ao ano a 6% ao ano.

O Brasil se comprometeu também a contribuir com metade do valor das garantias, estimadas em US\$ 3 bilhões. A outra metade virá do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A partir do fechamento do acordo, o País deve atrair entre US\$ 300 milhões a US\$ 1 bilhão de dinheiro novo da comunidade financeira internacional, previu ontem, em São Paulo, o ministro da Economia, Marçílio Marques Moreira. "Vamos riscar do dicionário as palavras hiperinflação e crise cambial", afirmou.

Segundo Marçílio, o País torna-se atraente para investimentos estrangeiros e vai ter melhores condições para financiar operações de importação e



Fernando Collor

Brasil não volta a negociar a dívida por 30 anos

exportação. A inflação, afirmou o ministro, também cairá, com a maior confiança na política econômica.

Ao analisar as bases do acordo, o ministro chamou atenção para as taxas de juros, que considerou baixíssimas, de até 6% ao ano. "É menos do que a taxa do bônus do Tesouro americano", comparou. É inferior também à média da Libor, taxa de juros básica dos bancos europeus, nos últimos 20 anos, de 9% ao ano, afirmou. A taxa conseguida pelo Brasil é um pouco menor, inclusive, que a conseguida pelo México, de 6,5% ao ano.

Em Washington, o secretário do Tesouro, Nicholas Brady, creditou o acordo a seu próprio governo e aos esforços de Marçílio — e não citou Collor. "O acordo entre o Brasil e seus credores sublinha o notável sucesso da estratégia do presidente Bush para a dívida do Terceiro Mundo". Numa mensagem cifrada ao empresário, Brady afirmou que "o acordo é uma resposta (da comunidade financeira internacional) aos corajosos esforços da liderança econômica do Brasil sob a direção do ministro Marçílio". As recentes denúncias de corrupção contra o presidente Fernando Collor preocupam o Tesouro sobretudo pela ameaça que representam ao programa de reforma e estabilização comandado pelo ministro da Economia.

■ Mais informações nas páginas 7, 8 e íntegra do acordo na 9